

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

Reforma na Igreja, reforma da Igreja [Reform in the Church, Reform of the Church]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Anónimo
Publisher	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-09-25 02:55:38
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/156379



EDITORIAL / EDITORIAL

REFORMA NA IGREJA, REFORMA DA IGREJA*Reform in the Church, Reform of the Church*

No dia 26/11/2013, aparecia em numerosos meios de comunicação esta manchete: “O papa Francisco propôs nesta terça-feira uma reforma em todos os níveis da Igreja católica, em sua primeira exortação apostólica, a Evangelii Gaudium (A alegria do Evangelho), na qual anuncia que está disposto, inclusive, a mudar o papel do papado”.

As propostas de reforma da Igreja, acompanhadas frequentemente de conflitos, são tão antigas como a própria Igreja. Não tem elas sua origem na pregação de Jesus, o Crucificado, sintetizada no evangelho de Marcos na afirmação: “Converti-vos e crede no Evangelho”? No século VI Agostinho fala da necessidade de uma renovação constante na Igreja e basta percorrer as páginas de um bom livro de história da Igreja para verificar que as propostas de reforma, umas nascidas da hierarquia, outras suscitadas pelo povo cristão, estão presentes em todas as suas páginas. Em 1433 Nicolau de Cusa – nomeado Cardeal e Bispo de Bressanone em 1450 – no tratado De concordantia catholica mostra a necessidade da contínua reforma da Igreja, para conformar-se ao Cristo no serviço do Reino de Deus. Pouco antes, em 1415 fora condenado à fogueira na Bohemia Jan Huss que propugnava a reforma necessária e urgente da Igreja e de quem João Paulo II em 1998 declarava: “Hoje, nas vésperas do grande jubileu, sinto necessidade de expressar profunda tristeza pela cruel morte infringida a Jan Huss e pela consequente ferida de conflito e divisão que foram assim impostos às mentes e os corações do povo da Bohemia”.

No século XVI, Martin Lutero recolhia os anseios e protestos de reforma da Igreja, que desde o século XIII lutavam por se fazer ouvir, e eram autoritariamente abafados. Tivesse sido ouvido por Roma o premente apelo de Lutero por um Concílio, ou tivesse Lutero escutado Roma quando

esta – tarde demais! – se dispunha a ceder, a reforma da Igreja poderia ter encontrado o seu caminho. Nem a reforma protestante, nem a reforma tridentina encontraram então o caminho justo. Quando em 1545 se reuniu o Concílio de Trento, a divisão da Igreja no ocidente estava consumada. Apesar de que os padres conciliares tentaram responder aos desafios doutrinários do protestantismo, prevaleceu o aspecto disciplinar da reforma do clero e do povo cristão sobre reforma do papado e do colégio cardinalício. Não foram atingidos pontos fundamentais questionados pelos movimentos reformadores: a volta decidida ao Evangelho reconfigurando sua expressão doutrinária e as instituições eclesiais, aspectos contemplados pela reforma protestante que deram frutos nas igrejas protestantes. Mas a multiplicação e diversificação dos caminhos da Reforma fez com que as diversas confissões se ocupassem demais em manter sua identidade em oposição às outras. É preciso, contudo, reconhecer que tanto na Igreja católica como no protestantismo houve sempre movimentos renovadores no povo cristão inspirados no Evangelho.

*A eclesiologia dos séculos XIX e XX, centrada na concepção da Igreja como sociedade perfeita fortalece cada vez mais a atitude de defesa de frente a um mundo que tenta se libertar da tutela da Igreja. Não fosse o movimento ecumênico, teria sido impossível retomar a consciência, fundada no Evangelho, da necessidade de uma reforma perene na Igreja. A convocação do Concílio Vaticano II por João XXIII, certamente motivada pela consciência da necessidade de reformas na Igreja, foi um surpresa esperançosa para muitos, embora em outros despertasse desconfiança, quando não rejeição. É bem possível que o papa João XXIII tenha escolhido prudentemente o termo *aggiornamento* para evitar tanto o termo reforma como o de modernização. O termo reforma assustaria ao mostrar a intenção de retomar – com quatro séculos de atraso – o diálogo com o protesto de Lutero. Modernização, que responderia à necessidade da inculturação do anúncio do Evangelho no contexto da modernidade, reacenderia de imediato a polêmica em torno ao *syllabus* antimodernista, compêndio de condenações dos erros suscitados na Igreja pelo mundo moderno.*

*Mas se a prudência aconselhava escolher cuidadosamente uma palavra que evitasse despertar suscetibilidades, é inegável que o desejo de *aggiornamento* eclesial que o Espírito inspirara a João XXIII, para ser verdadeiro, deveria responder aos problemas levantados pela Reforma protestante e pela crise modernista, longe já de exasperada mentalidade apologética. Embora o próprio Papa não pudesse prever todas as conseqüências do seu gesto profético, não há dúvida de que a vontade de responder à necessidade de dialogar com o mundo moderno e com os cristãos oriundos da reforma*

movia o ânimo do Papa. Não foi por acaso, que a intenção de convocar um concílio ecumênico foi anunciada após a celebração de uma missa pela unidade dos cristãos, na Basílica de São Paulo Extramuros em janeiro de 1959.

O desenrolar do Concílio confirmou tanto as intenções quanto os temores de João XXIII, assim como sua confiança profética no sopro do Espírito. O Concílio, superando tensões, algumas delas refletidas na redação dos textos que dele resultaram, foi mais longe do que se poderia esperar. A necessidade da renovação de Igreja para devolver ao Evangelho seu caráter de boa notícia para o mundo moderno aparece constantemente nos documentos conciliares. O termo renovação é mais freqüente do que o de reforma, mas certamente ambos têm em vista uma reforma da Igreja configurada como volta ao Evangelho.

No Decreto Unitatis redintegratio sobre o Ecumenismo se exorta os cristãos a que “examinem a sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida da necessidade, empreendam decididamente o trabalho de renovação e de reforma” (n. 4). Diz-se que a Igreja peregrina é chamada por Cristo a uma “reforma perene” de que ela própria, como instituição humana e terrena, necessita perpetuamente (n. 5). Perante a atitude dominante até então na mentalidade dos católicos de condenação da reforma protestante é admirável a ação do Espírito que conduz o episcopado a exortar os fieis a que “reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos do patrimônio comum, que se encontram nos irmãos de nós separados” e “as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida dos outros que dão testemunho de Cristo, às vezes até a efusão do sangue” (n. 4). Ainda mais: “tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação” (n. 4). Aceita assim o princípio protestante da necessidade de contínua reforma na Igreja, segundo o adágio que se tornou lema da Reforma ecclesia semper reformanda.

Estendendo o diálogo para além das fronteiras do cristianismo a Declaração Nostra aetate sobre a Igreja e as religiões não cristãs reconhece o que há de verdadeiro e santo em todas as religiões. Afirma-se o princípio da liberdade religiosa, que na declaração Dignitatis humanae aparece como consequência clara da nova compreensão da fé e da revelação apresentada na Constituição dogmática Dei Verbum, ponto nevralgico da renovação conciliar. A afirmação clara da soberania da palavra divina sobre a Igreja permite a esta repensar sua relação com as religiões não cristãs a partir da visão não excludente da revelação cristã como presença primordial da

Palavra, em toda a Criação, testemunho perene e autocomunicação do próprio Deus ao ser humano.

No ano 1964, dentro do clima conciliar, o cardeal Döpfner tinha afirmado: “A reforma é um elemento constitutivo da Igreja” e o desenrolar do Concílio confirmou a asserção, que expressava os anseios e as esperanças de muitos cristãos. A menção da reforma, porém, continuava assustando as mentalidades conservadoras que viam nela ameaçadas a identidade da Igreja e a continuidade da tradição da fé. Afirmações conciliares possibilitavam, no entanto, conciliar identidade e renovação. Prudentemente na Unitatis redintegratio se enuncia um princípio iluminador: “Se em vista das circunstâncias das coisas e dos tempos houve deficiências, quer nos costumes, quer na disciplina eclesiástica, quer também no modo de enunciar a doutrina – modo que deve cuidadosamente distinguir-se do próprio depósito da fé – tudo seja reta e devidamente reformado no momento oportuno”. Reconhece-se que a divisão da Igreja em torno aos movimentos de reforma deve ser debitada aos dois lados do conflito e que as diferentes explicações teológicas da fé não rompem necessariamente a unidade da fé.

A afirmação do cardeal Döpfner era confirmada pelo Concílio ao exortar os cristãos a enveredar pelo caminho da reforma e da reconciliação. Explica-se a euforia que o Concílio Vaticano suscitou. A renovação conciliar deu frutos, tanto no interior das Igrejas cristãs, como na forma de compreender a relação da missão cristã com as religiões. A renovação, contudo, se deu no meio das tensões inevitáveis entre aqueles que põem em primeiro lugar a identidade das igrejas e os que priorizam o anúncio da boa nova de Jesus Cristo, respeitando por fidelidade ao próprio Evangelho as circunstâncias concretas, a cultura e as manifestações religiosas dos indivíduos e dos povos. As resistências foram tantas neste meio século que nos separa do Concílio, que não só a euforia dos anos pós-conciliares, mas muitas das esperanças se extinguíram.

Nesta situação difícil e penosa, agravada por escândalos no interior da Igreja ostensivamente propalados pela imprensa, o gesto evangélico da renúncia profética de Bento XVI e os primeiros passos de Francisco, que desde a sua aparição insiste em denominar-se de preferência Bispo de Roma, despertam adormecidas esperanças não só no interior da Igreja de Jesus Cristo (que é mais do que a Igreja Romana), mas em todos os homens e mulheres que buscam o bem da humanidade.

Podem ser elencadas algumas das razões que explicam a mudança dos ânimos, ao mesmo tempo em que advertem para os obstáculos que a Reforma “franciscana” da Igreja poderá encontrar.

Francisco tem dado sinais constantes de que a Igreja não deve ser autor-referente. Deve olhar para o mundo, e não para si, anunciando a todos a alegria do Evangelho. Daí nascem frequentes advertências frente ao clericalismo. A missão da Igreja como a de Cristo não é condenar, “custodiar com ternura”, mostrar a misericórdia de Deus para com todos, crentes ou não crentes. Tudo isto já foi afirmado pelos papas que o precederam, mas Francisco o diz com linguagem que todos entendem e com gestos e atitudes transparentes. Respondendo a uma questão sobre a atitude da igreja para com os homossexuais: a resposta “quem sou eu para julgar” diz mais e melhor que muitos discursos.

A preferência por apresentar-se como Bispo de Roma junto com a escolha de oito cardeais de lugares estratégicos do mundo, abrangendo os cinco continentes, com a missão de coadjuvar o Papa no governo da Igreja e no projeto de reforma da Cúria Romana, é um indício de que a reforma da Igreja visada por Francisco quer encarar o que a reforma de Trento não alcançou: a reforma do papado, da cúria romana e do colégio cardinalício. Em 1996 o arcebispo John R. Quinn fez em Oxford uma conferência sobre o tema – depois desenvolvida em livro traduzido a vários idiomas (em português, Reforma do papado: indispensável para a unidade crista, 2002) – respondendo ao pedido de sugestões que João Paulo II fez às igrejas cristãs, na carta encíclica Ut unum sint para “uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova”. Segundo jornalistas que entrevistaram o cardeal Bergoglio, como arcebispo de Buenos Aires, ele concordaria com muitas das ideias expostas por Quinn.

Significativas nesse sentido são estas palavras de Francisco pronunciadas na congregação dos Bispos no 27 de fevereiro de 2014: “Dado que la fe procede del anuncio necesitamos obispos kerigmáticos...Hombres custodios de la doctrina, no para medir cuanto viva distante el mundo de la verdad contenida en ella, sino para fascinar al mundo... con la belleza del amor... con la oferta de la libertad que da el Evangelio. La Iglesia no necesita apologistas de las propias causas ni cruzados de las propias batallas, sino sembradores humildes y confiados de la verdad que saben que cada vez les es nuevamente confiada y que se fian de su potencia...Hombres pacientes porque saben que la cizaña no será nunca tanta como para llenar el campo” (VIS).

Nesse mesmo discurso exorta os bispos a que “sejam pastores próximos do povo, pais e irmãos, mansos, pacientes e misericordiosos; amem a pobreza interior como liberdade para o Senhor e também a exterior como simplicidade e austeridade de vida, e não tenham uma psicologia de príncipes”.

Quem não vê aqui a imagem que o Bispo de Roma deu desde o início de seu ministério como sucessor de Pedro?

Talvez a razão da acolhida que o papa Francisco teve – não apenas por cristãos e crentes, mas por todos os homens de boa vontade – seja a forma como acolhe as pessoas, olhando-as nos olhos de irmão para irmão, pedindo-lhes orações e dessa forma desmistificando a figura do papa, mostrando que ele quer ser apenas o “servo dos servos de Deus”.

Estes são apenas uma amostra reduzidíssima dos sinais dados por Francisco que despertam “a esperança perdida” de que a reforma do Concílio possa dar passos significativos. Mas ao tocar pontos nevrálgicos assustarão a outros, evidenciando que a verdadeira reforma da Igreja de Jesus Cristo envolve todas as confissões cristãs e todos os seus membros e exigirá uma reeducação ampla e exigente dos cristãos em diálogo aberto com o mundo, e a diversidade de culturas e situações em todos os níveis da existência. O serviço de Evangelho é responsabilidade de todos. É este o centro da exortação Evangelii gaudium. Haverá que levar em consideração, a paciência de Deus em atitude de discernimento e oração de que o próprio Francisco dá testemunho.